

04 NOV 1990

ESTADO DE SÃO PAULO

O momento da autocrítica

Se se confirmar a informação de que a diretoria do Fundo Monetário Internacional está propensa a não discutir por ora a carta de intenção do Brasil, deixando também de autorizar a concessão de crédito stand by de US\$ 2 bilhões, o governo Fernando Collor de Mello estará diante de difícil situação. Essa situação não ficará mais amena com a simples alegação — como se insinua que o presidente confidencia a amigos — de que existe, no Brasil, uma corrente de opinião favorável aos bancos credores. As leis da economia mundial, cuja realidade pétrea fez curvar-se até a orgulhosa União Soviética, que teve de desvalorizar o rublo, são inexoráveis. A elas a dialética manda submeter-se.

Pensar, como fazem alguns dos que integram a “irmandade da Economia”, que tudo se resolverá da melhor maneira possível para eles pela simples e boa razão de que os diretores dos bancos estão jogando, nas negociações, seus empregos, é dar demonstração de “esquerdismo infantil”, quando não de visão tacanha do que sejam as relações entre um Estado e seus credores.

Pior do que tudo: se o FMI não endossar a carta de intenção do governo brasileiro — a esta altura já superada pela inflação crescente — e as negociações demorarem a iniciar-se de maneira positiva, será o bom nome do País como pagador que estará sendo contestado, isso num momento em que a tranqüilidade na frente externa é indispensável para que o presidente Fernando Collor possa arrumar a casa, que começa a apresentar sinais de desordem.

Qualquer que seja, porém, a real decisão da diretoria do Fundo Monetário Internacional, os negociadores brasileiros e os chefes da “irmandade” devem ter presente que a Justiça, lá fora, não tarda, que o diga a administração do Lloyd Brasileiro, que teve dois navios seus arrestados para garantir pagamento de dívidas da estatal a credores estrangeiros.

Duas são as complicações que, em nome da *soberania* (nisso respaldados pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado), a “irmandade” introduziu na proposta submetida aos credores (afora o longo prazo de

liquidação dos zero bonds — prazo que torna praticamente sem valor os títulos, tal a dificuldade que o País terá em resgatá-los): o não pagamento dos juros atrasados antes do início das negociações e o conceito de capacidade de pagamento. O não pagamento de juros, sabendo os negociadores o que a legislação norte-americana dispõe a respeito do assunto, significa pretender iniciar uma negociação dizendo ao credor que se gostaria de que ele fosse à falência.

A introdução do conceito de capacidade de pagamento se em si é respeitável, por outro lado na prática coloca o pagamento de qualquer parcela da dívida na dependência de o governo ter um superávit fiscal. Ora, esse saldo decorre de uma série de fatores que ou dependem da vontade do Executivo ou dela e da sociedade são inteiramente independentes. Por outras palavras, ficando pé nessa posição — o não pagamento de juros e a capacidade de pagamento —, o Brasil estaria a indicar que quer fugir das normas vigentes no mundo das finanças.

Há, felizmente, indícios que apontam no sentido não do abrandamento da posição do governo brasileiro, mas do reconhecimento, por parte da “irmandade da Economia”, de que o mundo não está de joelhos esperando ansioso pelas decisões de Brasília. A retirada do projeto de resolução da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado pode indicar que dele se pretende subtrair a cláusula que impede o pagamento de juros atrasados.

São muitos, por outro lado, os sinais de que o pagamento de parte dos juros, aliviando a situação contábil dos bancos credores, permitiria que as negociações se estendessem, sem prejuízo para ninguém, enquanto se buscasse acordo sobre o que é capacidade de pagamento.

O governo brasileiro, tanto no Ministério da Economia quanto no Itamaraty — e, portanto, no Planalto —, parece convencido de que, malgrado tudo o que está acontecendo internamente e no mundo, os Estados Unidos e os bancos privados estrangeiros têm consciência do dano que o País lhes pode causar se persistir em sua posição de “devo, reconheço, pagarei quando puder”.

É, no entanto, curioso que depois de ter podido registrar que o Chile não ingressará no pretendido mercado comum do Cone Sul enquanto o Brasil não baixar *todas* as suas barreiras alfandegárias a 15%, além de reduzir as não-aduaneiras, as autoridades diplomáticas e econômicas ainda tenham a associação com Santiago do Chile como um trunfo nas discussões diplomáticas com Washington e com o comitê dos credores.

É interessante, igualmente, registrar que o governo de Brasília continue a depositar todas as suas esperanças de ombrear com os Estados Unidos na integração com a Argentina, que soube aproveitar-se do desejo brasileiro de ter Buenos Aires como aliado na porfia da dívida e outras e transformou uma situação de devedor permanente na balança comercial em credor — e de bom volume de dólares. Isso para não dizer que os atrasos tecnológicos e organizatórios argentinos contribuíram, por causa da teimosia num certo tipo de integração, para agravar a situação da Embraer no mercado internacional de aviões.

Custa crer que, contando com apoios tão tênues, o governo brasileiro persista em dar-se ares de chauvinista de grande potência, que iam bem no governo Geisel, mas perderam razão de ser política e substrato econômico no governo Figueiredo. Na verdade, o Brasil não tem, hoje, uma Grande Estratégia a dirigir seu futuro. Por isso, pede os aplausos do nacionalismo oligárquico representado no Senado e depois recua para ver os “aspectos jurídicos” do que produziu. Por isso, insiste no apoio para o não pagamento e não desautoriza o senador Fernando Henrique quando diz que, se a proibição atrapalhar as negociações, a cláusula poderá ser suspensa. Indo e vindo, navegando em águas procelosas que não consegue acalmar, o governo Fernando Collor oferece os flancos a todos.

Não terá chegado o momento, dada a delicadeza da situação externa e interna, de parar e fazer aquilo que se chamava antigamente, quando o PC era todo onisciente e onipotente, de autocrítica?